



DWORKIN, Ronald. **Religion without God**. Cambridge: Harvard University Press, 2013, 180 p.

Rodrigo Coppe Caldeira*

Ronald Dworkin, um dos mais conhecidos e respeitados filósofos do Direito do século XX, faleceu no início de 2013. Deixou uma obra imensa e bastante comentada, situada teoricamente pelos seus analistas entre aquelas que marcam o pensamento do pós-positivismo jurídico. A questão da religião nunca foi uma de suas preocupações centrais, aparecendo de forma adjacente. Contudo, Dworkin deixou algumas reflexões sobre a questão religiosa publicadas em sua última obra, *Religion without God*. Baseada na *Einstein Lectures* na Universidade de Bern em dezembro de 2011, a obra traz a compreensão que o filósofo construiu sobre o fenômeno religioso em algumas de suas manifestações e questões.

Dividido em quatro capítulos, o livro de Dworkin parte da questão, que funciona como o fio condutor de suas reflexões, sobre o que é a religião e qual o lugar de Deus nela. No primeiro capítulo – *Religious atheism?* – Dworkin defende preliminarmente a ideia de que “A crença em um deus é apenas uma possível manifestação ou consequência de uma visão mais profunda de mundo”¹, e de que “A religião é mais profunda que Deus”² (p. 1). Assim, a religião não se resume ao conhecido teísmo, e não significa necessariamente a crença em Deus. Pergunta, aceitando que exista alguém que pode ser religioso sem a crença num deus, o que

Resenha recebida em 25 de fevereiro de 2014 e aprovada em 04 de Abril de 2014.

* Doutor em Ciências da Religião. Professor da Pontifícia Universidade de Minas Gerais. País de origem: Brasil. E-mail: rcope@hotmail.com.

¹ “A belief in a god is only one possible manifestation or consequence of that deeper worldview”. (Todas as Traduções desta resenha foram feitas por José Martins dos Santos Neto).

² “The religion is deeper than God”.

significa ser religioso. Qual a diferença entre uma atitude religiosa e uma não-religiosa? Segundo Dworkin, “Se pudermos separar Deus da religião - se é que conseguiremos entender o que o ponto de vista religioso realmente é e por que ele não assume uma forma sobrenatural -, então poderemos ser capazes de diminuir, pelo menos, o calor dessas batalhas separando questões de Ciência de questões de valor.”³ (p. 9). Para o filósofo, as guerras religiosas tornaram-se contemporaneamente em “guerras culturais” (*culture wars*), que giram fundamentalmente em torno das questões sobre os significados da vida humana e o que é o “bem viver”. Para ele, os valores humanos não dependem da existência de nenhum deus. Ao tentar responder sobre o que é religião, Dworkin afirma que a atitude religiosa tem como característica a aceitação da objetividade da verdade, que pode ser apontada por dois julgamentos sobre o valor. O primeiro afirma que a vida humana tem valor e importância objetivos. O segundo que o que chamamos de “natureza” não é apenas uma realidade de fato, mas é ela mesmo sublime: “Os paradigmas de uma atitude de vida plenamente religiosa podem ser explicitados na compreensão da vida como significado intrínseco e da natureza como beleza intrínseca”⁴ (p. 11). Dworkin também afirma que a atitude religiosa rejeita o naturalismo, que defende que nada é real exceto aquilo que pode ser estudado pelas ciências naturais. O filósofo diz que existem valores religiosos que não estão ligados a nenhuma “convicção piedosa” (*godly conviction*), como obrigações de adoração, oração e obediência ao Deus endossado pela religião. Mais adiante, avança ao afirmar que a vida humana não tem valor só por que um deus amoroso existe. E mais: “Não existe qualquer ponte desde o relato da criação do firmamento, ou dos céus e da terra [...] até o valor duradouro da amizade e da família ou a importância da caridade ou a sublimidade de um pôr do sol”.⁵ (p. 25).

³ “If we can separate God from religion – if we can come to understand what the religious point of view really is and why it does not require or assume a supernatural person – then we may be able to lower, at least, the temperature of these battles by separating questions of Science from questions of value”.

⁴ “I shall take these two – life’s intrinsic meaning and nature’s intrinsic beauty – as paradigms of a fully religious attitude to life”.

⁵ “There is no bridge from any story about the creation of the firmament, or the heavens and earth [...] to the enduring value of friendship and family or the importance of charity or the sublimity of a sunset.” (p. 25).

Afirmando não estar a falar contra as religiões abraâmicas ou contra um deus pessoal, Dworkin diz em favor do argumento de que a existência de um deus não faz diferença para a verdade de alguns valores religiosos. (p. 25) Eles podem existir sem a presença de um deus. Como diz no início da obra, “Existe uma divisão familiar e abissal entre as pessoas religiosas e aquelas sem religião. Milhões de indivíduos que se apresentam como ateus têm convicções e experiências semelhantes e tão profundas como aqueles que apresentam como religiosos”.⁶ (p. 2).

No segundo capítulo - *The universe* - Dworkin reflete sobre a beleza do mundo e como se dá a reação do naturalista e do 'religioso', agora entendido como alguém que não necessariamente tem uma religião específica. Parte de algumas posições de Einstein, que teria afirmado que "O centro da verdadeira religiosidade é uma apreciação da beleza radiante do universo".⁷ (p. 49), além de que "A coisa mais bela que podemos experimentar é o mistério. Ele é a fonte de toda a verdadeira arte e da ciência".⁸ (p. 49). Dworkin acredita que a palavra "beleza" é capaz de captar o fenômeno que visa explorar a partir da leitura dos cientistas que leu, que, na sua maioria, compartilha de certa forma aquilo que chama de "beleza da natureza". Em nenhuma dessas leituras, segundo o filósofo, encontrou-se qualquer sugestão ou insinuação de que o universo é belo somente por que um deus o criou. Os autores não negam a criação divina, mas declaram que o universo é belo por si mesmo, independentemente de quem, se alguém, o criou.⁹ Para Dworkin, esses autores não responderam adequadamente uma das perguntas que conduz o capítulo em tela: "Qual o papel que a fé na beleza objetiva tem na pesquisa e especulação dos físicos atuais?"¹⁰ (p. 52). A outra questão é sobre “Que tipo de beleza poderiam [...] os físicos estar pensando? Que tipo de beleza eles esperam encontrar na dança das galáxias e dos quarks? [...] Quais os tipos de

⁶ “The familiar stark divide between people of religion and without religion is too crude. Many millions of people who count themselves as atheists have convictions and experiences similar to and just as profound as those that believers count as religious”.

⁷ “The center of true religiousness' is an appreciation of the 'radiant beauty' of the universe”.

⁸ “The most beautiful thing we can experience is the mysterious. It is the source of all true art and science”.

⁹ “writ infinitely large and infinitely small, is beautiful in itself, quit independently of who, if anyone, made it. They declare it objectively beautiful” (p. 51).

¹⁰ “What role does that faith in objective beauty play in any physicist's actual research and speculation?”.

beleza podemos plausivelmente esperar encontrar no cosmos ou em um átomo?”¹¹ (p. 52). São essas as questões que Dworkin persegue no capítulo, oferecendo amplo debate entre físicos e filósofos que cita, como Platão, Santo Agostinho, Gottfried Leibniz, Stephen Hawkin e o brasileiro Marcelo Gleiser, para quem somente a vida humana, não o universo inanimado, pode ter algum valor intrínseco e que pode haver beleza em nossas vidas e o que nós fazemos, mas não em átomos e galáxias inconscientes (p. 61).

No terceiro capítulo – *Religious freedom* – Dworkin realiza uma análise de tema tão candente da contemporaneidade. Inicia-o trazendo as palavras do Artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Convenção Europeia dos Direitos Humanos e a *First Amendment* da constituição norte-americana, que apontam as garantias de que todos os homens têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião e suas manifestações, além de, embora não universalmente, entenderem que os governos não devam declarar nenhuma religião como oficial do Estado, nem subsidiar nenhuma delas – o que causa, lembra o filósofo, “dramáticas consequências políticas”. “De acordo com esses documentos, a religião se limita às opiniões acerca da existência ou da natureza de um deus?”¹² (p. 106). Dworkin responde afirmativamente a pergunta, afirmando que “O direito ainda era entendido como o direito de fazer suas próprias escolhas sobre a existência e a natureza de Deus”¹³ (p. 108). Decisões da Suprema Corte norte-americana, entre outras, estende a proteção aos grupos que se consideram como “religiões sem deus”, como a *Ethical Culture Society*. Assim, partindo da reflexão jurídica, Dworkin afirma que a interpretação básica dos conceitos constitucionais não dependem de uma compreensão ordinária ou de definições de dicionários. Conceitos como liberdade, dignidade, igualdade, religião, e tantos outros, são usados pelos juristas para decidir o que deve ser protegido como direitos constitucionais e humanos. Levando

¹¹ “What kind of beauty could (...) the physicists be thinking of? What kind of beauty can they hope to find in the dance of galaxies and quarks? [...] Which of many types of beauty can we plausibly hope to find in the cosmos or in an atom?”

¹² “Is religion limited, for these documents, to opinions about the existence or nature of a god?”

¹³ “The right was still understood as the right to make one’s own choice about the existence and nature of god.”

em consideração o que disse anteriormente, que se deve considerar a variedade e a importância das convicções pessoais adotando uma concepção de religião mais profunda daquela que vem do teísmo, o filósofo afirma: “Devemos rejeitar qualquer explicação do escopo ou da natureza da religião que concedesse de maneira arbitrária ou absurda um direito distinto à liberdade religiosa”¹⁴, afirma (p. 109). Assim, a questão pode ser confrontada de maneira diferente, como uma questão de moralidade política e com profundidade filosófica. É a liberdade religiosa algo que diz respeito apenas à questão de Deus? Eis a questão que passa a nortear a reflexão de Dworkin. Para ele, é necessário identificar os interesses dos grupos humanos, interesses tão importantes que mereçam uma proteção especial contra injúrias oficiais ou não.

Para o filósofo, cada pessoa, possuindo ou não uma crença num Deus, tem uma responsabilidade ética inescapável com sua própria vida que inclui questões morais sobre que tipo de vida quer levar. Dworkin acredita que não há justificativa para oferecer à religião um direito de proteção especial exclusivo para o que chama de “religiões teístas”. É necessário, para ele, expandir o escopo do direito para refletir uma melhor justificativa. Mas como? Declarando que as pessoas têm o direito em princípio de exercitar as suas convicções profundas sobre a vida e suas responsabilidades, derivando ou não na crença num deus, e o governo deve permanecer neutro em relação a elas (p. 117). Por isso, “Se decidíssemos que todas as atitudes religiosas têm direito a proteção especial, nós precisaríamos de uma definição mais restritiva da atitude religiosa do que aquela que até agora temos”.¹⁵ (p. 118). Dworkin lembra de uma definição que propôs na sua obra *Freedom’s law: the moral Reading of the American Constitution*: “A tentativa religiosa de responder a questão existencial mais profunda através da conexão das vidas humanas individuais a um valor objetivo transcendente.”¹⁶ (p. 121). E para tal

¹⁴ “We must reject any account of the nature or scope of religion that would make a distinct right to religious freedom silly or arbitrary”.

¹⁵ “If we decided that all religious attitudes are entitled to special protection, we would need a more restrictive definition of a religious attitude than I have so far provided.”.

¹⁶ “Religious attempt to answer the deeper existential question by connecting individual human lives to a transcendent objective value”.

definição considerou um texto do Concílio Vaticano II (1962-1965), a declaração *Nostra Aetate* sobre a Igreja e as religiões não-cristãs.

No quarto e último capítulo – *Death and immortality* – Dworkin deixa algumas reflexões sobre o tema da morte e a imortalidade. Para ele, “A vida após a morte, na verdade, só significa alguma coisa - qualquer coisa - que não é o que nós desesperadamente tememos: a obliteração absoluta, a inimaginável extinção de tudo.”¹⁷ (p. 150). Uma das questões que perpassam o capítulo refere-se ao fundo moral que atravessa a crença na vida *post mortem*. Dworkin não compreende e acha estranho a “lógica” pelo qual possibilita a chegada dos “bons” ao paraíso e o inferno aos “maus”. Só a entende na medida que se pensa em Deus como um Deus punitivo. Segundo ele, somos capazes de pensar nossa mortalidade de várias maneiras, sendo uma delas aquela que fala sobre o “juízo final”. Dworkin argumenta que essa perspectiva pressupõe a ideia daquilo que seja o “bem”, “uma verdade ética e moral objetiva” (p. 155). Retomando a linha de raciocínio que marca o livro, afirma que tal compreensão prévia não depende de qualquer suposição teísta. É válida tanto para o ateu quanto para o teísta. Tal ponto é crucial para o autor, pois o que importa mais fundamentalmente para se levar uma “vida boa” é a convicção de que existe um jeito certo de se viver. Essa é uma atitude religiosa frente à vida, segundo Dworkin.

A provocativa obra é uma oportunidade de se adentrar no pensamento de Dworkin, e a partir de suas breves reflexões, penetrar nos questionamentos que se aprofundam nos dias de hoje em torno de temas que se relacionam diretamente com a constituição dos Estados democráticos de direito no Ocidente e as compreensões sobre os seus papéis no que tange o lugar das religiões – teístas ou ateístas – no espaço público.

¹⁷ “Life after death actually only means something – anything – that is not what we desperately dread: the total, obliterating, itself unimaginable, snuffing out of everything”.